RESUMO:
O autismo também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da criança. Os sinais possuem expressividade variável e geralmente iniciam-se antes dos três anos de idade. A criança com TEA apresenta uma tríade singular, a qual se caracteriza pela dificuldade e prejuízos qualitativos da comunicação verbal e não verbal, na interatividade social e na restrição do seu ciclo de atividades e interesses. Neste tipo de transtorno, podem também fazer parte da sintomatologia movimentos estereotipados e maneirismos, assim como padrão de inteligência variável e temperamento extremamente lábil. Até então não existe cura, mas tratamentos que estão em constante progresso na busca melhorias e desenvolvimento para os portadores. A inclusão escolar de crianças autistas pode trazer diversos benefícios, como a melhora na socialização, no desenvolvimento da autoestima, no aprendizado acadêmico, na autonomia e em outras áreas importantes do desenvolvimento infantil. Alunos com TEA têm o direito de estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante, e, se preciso, podem solicitar um acompanhante especializado. A inclusão deve estar presente no planejamento pedagógico, no currículo e na prática em sala de aula. A inclusão escolar de alunos com autismo requer profissionais bem capacitados e preparados para atender às necessidades específicas desses estudantes. Cada caso é um caso, e a inclusão deve ser positiva e privilegiar conteúdos pedagógicos.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Prática pedagógica.

ABSTRACT:
Autism, also known as Autism Spectrum Disorder (ASD), is defined as a behavioral syndrome that compromises motor and psychoneurological development, hindering the child's cognition, language, and social interaction. The signs have variable expressiveness and usually begin before the age of three. Children with ASD have a unique triad, which is characterized by difficulty and qualitative impairments in verbal and non-verbal communication, in social interactivity and in the restriction of their cycle of activities and interests. In this type of disorder, stereotyped movements and mannerisms may also be part of the symptomatology, as well as a variable intelligence pattern and extremely labile temperament. So far there is no cure, but treatments that are in constant progress in the search for improvements and development for carriers. The school inclusion of autistic children can bring several benefits, such as improved socialization, self-esteem development, academic learning, autonomy, and other important areas of child development. Students with ASD have the right to study in regular schools, both in Basic Education and Vocational Education, and, if necessary, they can request a specialized companion. Inclusion must be present in pedagogical planning, curriculum and classroom practice. The school inclusion of students with autism requires well-trained professionals who are prepared to meet the specific needs of these students. Each case is different, and inclusion must be positive and privilege pedagogical content.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Inclusion; Pedagogical practice.

## INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma lei federal brasileira que garante os direitos e a inclusão social das pessoas com deficiência. A lei visa assegurar e promover a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, como educação, trabalho, saúde, acessibilidade e outros.
Após vigorar a lei de inclusão em (2015), verificou-se um crescimento nas taxas de alu-

nos incluídos em escolas de ensino regular. Estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014) revelam um aumento considerável nas matrículas de crianças com deficiência no Brasil, sendo que este número cresceu de 23% no ano de 2003, para 81% no ano de 2015. Neste processo, crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matriculadas em escolas comuns, são cada vez mais frequentes, sendo que estudos vêm reconhecendo essa prática como sendo realizável e possível (Lemos et al., 2016; Sanini, Sifuentes, & Bosa, 2013).

A escola é um espaço democrático, que deve estar aberto e preparado para receber todos os alunos. A Educação Infantil, fase inicial da formação acadêmica, representa o primeiro contato das crianças com esse universo repleto de aprendizados e novas descobertas. E a inclusão neste período é fundamental, pois além de todos os desafios que o pequeno terá ao iniciar a socialização, é preciso levar em conta que esse é um dos primeiros momentos em que o estudante estará longe dos olhares de sua família.

Trabalhar a inclusão na Educação Infantil é muito importante para que a criança se adapte ao ambiente escolar e possa dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem maiores dificuldades. Para isso, gestores, educadores e toda a equipe pedagógica precisam estar engajados e preparados para oferecer todo o suporte e atenção que as crianças precisam.

O referencial teórico destaca a complexidade e a importância da inclusão escolar através da compreensão dos conceitos-chave, das legislações e políticas públicas, dos desafios e das práticas pedagógicas inclusivas, busca-se promover uma educação que valorize a diversidade e assegure o direito de todos os alunos a uma aprendizagem de qualidade. A colaboração entre escola, família e comunidade, aliada a uma abordagem multidisciplinar, é essencial para a efetiva inclusão e desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

AUTISMO

O autismo também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da criança.

Sua etiologia ainda é desconhecida, entretanto, a tendência atual é considerá-la como uma síndrome de origem multicausal envolvendo fatores genéticos, neurológicos e sociais da criança. Estima-se que, atualmente, a prevalência mundial do TEA esteja em torno 70 casos para cada 10.000 habitantes, sendo quatro vezes mais frequente em meninos. No Brasil, apesar da escassez de estudos epidemiológicos que possam melhor estimar os dados nacionais, constatou-se em recente pesquisa que os índices de acometimento pelo autismo são de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes.

As possíveis razões para a elevação da prevalência desta síndrome relacionam-se a aspectos diversos, os quais incluem as alterações nos critérios de diagnósticos, maior conhecimento dos pais e sociedade acerca da ocorrência e manifestações clínicas e o desenvolvimento de serviços especializados em TEA.

O reconhecimento da sintomatologia manifestada pela criança com autismo é fundamental para a obtenção do diagnóstico precoce. Comumente, as manifestações clínicas são identificadas por pais, cuidadores e familiares que experienciam padrões de comportamentos característicos do autismo, tendo em vista as necessidades singulares dessas crianças.

Os sinais possuem expressividade variável e geralmente iniciam-se antes dos três anos de idade. A criança com TEA apresenta uma tríade singular, a qual se caracteriza pela dificuldade e prejuízos qualitativos da comunicação verbal e não verbal, na interatividade social e na restrição do seu ciclo de atividades e interesses. Neste tipo de transtorno, podem também fazer parte da sintomatologia movimentos estereotipados e maneirismos, assim como padrão de inteligência variável e temperamento extremamente lábil.

Portanto, é uma situação que desencadeia alterações na vida familiar devido às necessidades de acompanhamento da criança para seu desenvolvimento. O diagnóstico de uma doença crônica no âmbito familiar, especialmente em se tratando de crianças, constitui uma situação de impacto, podendo repercu-

tir na mudança da rotina diária, na readaptação de papéis e ocasionando efeitos diversos no âmbito ocupacional, financeiro e das relações familiares. Frente ao momento de revelação da doença ou síndromecrônica, a exemplo do TEA, a família comumente perpassa por uma sequência de estágios, a saber: impacto, negação, luto, enfoque externo e encerramento, as quais estão associadas a sentimentos difíceis e conflituosos.
Deste modo, compreende-se que a revelação diagnóstica do autismo se torna um momento complexo, delicado e desafiador para a família, assim como para os profissionais de saúde responsáveis por essa missão. O ambiente físico associado às demais circunstâncias relacionadas à notícia poderão interferir positivamente ou não para a minimização do sofrimento familiar.
A falta de tempo, a inabilidade em comunicação e apoio emocional do profissional de saúde ainda constituem importantes barreiras para esta atividade que legalmente compete ao médico. Entretanto, deve-se considerar a importância da presença da equipe multiprofissional nesse processo a fim de compartilhar os questionamentos, as angústias e as necessidades dos familiares que se estabelecem no momento do diagnóstico.
Nesse contexto, é fundamental planejar o modo como será revelado à família esse diagnóstico mantendo-se a relação dialógica compreensiva para facilitar o fluxo de informações fornecidas, bem como viabilizar uma melhor aceitação por parte da família, a fim de que esta estabeleça as estratégias de enfretamento do problema da criança.

## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO TEA

Segundo Brasil (2003) as crianças portadoras do TEA, não possuem os aspectos físicos diferenciados das demais crianças, mas trazem com sigo algumas especificidades no seu comportamento de modo que chama atenção das pessoas que se relacionam com elas diretamente tais como familiares e professores. Algumas características são visivelmente identificadas nas crianças com o autismo. No convívio, por exemplo, é possível perceber que elas costumam isolar-se “dentro do seu próprio mundo”, o que dificulta a interação com outras pessoas, ocasionando também dificuldade na comunicação. Podem ser hiperativas ou muito passivas, sua personalidade é algo inconstante.
Apresentam também déficit de atenção, causando assim um aprendizado bastante lento e também são pertencentes de uma rotina que não pode ser quebrada, pois gera desconforto significativo. Destaca-se ainda que essas crianças dificilmente mantenham contato visual, obedecem às ordens ou atendem quando são chamadas. Os autistas também possuem apego a determinados objetos e costumam apresentar comportamentos gestuais repetitivos.
É possível perceber que cada portador de autismo tem uma forma diferente de reação, porém maior parte possui a dificuldade de interação, desenvolvimento cognitivo e dificuldade na linguagem. Destacamos, sobretudo, que o autismo não é contagioso ou é adquirido por intermédio de algum acidente, pois se trata de um transtorno neurobiológico.
Até então não existe cura, mas tratamentos que estão em constante progresso na busca melhorias e desenvolvimento para os portadores. Esses fatores podem aparecer de forma mais leve ou mais severa no comportamento, mas, independentemente do grau, essas crianças necessitam de acompanhamento por profissionais como: psicólogos, fonoaudiólogos, pediatras, pedagogos e psicopedagogos etc. E, quanto mais rápido esse acompanhamento acontecer mais êxito pode existir no desenvolvimento cognitivo, motor, verbal e no convívio social dessas crianças.
Destacamos nesse trabalho o papel do docente, nesse cenário, ao considerá-lo importante para perceber as primeiras dificuldades de desenvolvimento da criança e, de acordo com Brasil (2003): É provável que o professor perceba que a criança tem necessidades educacionais especiais antes mesmo dos seus pais ou do próprio pediatra, mas também é comum que o professor se sinta inseguro de comentar isso com alguém, até mesmo pelo próprio fato de que ninguém, nem mesmo o médico, tenha sequer pensado nessa hipótese anteriormente.
Em seu trabalho, os professores ao perceberem uma criança com dificuldade de se desenvolver têm receio de conversar com os pais sobre as suas observações diante da

criança, pois muitos pais não aceitam, inicialmente, que a criança possui esse transtorno ou outra necessidade educativa especial, o que pode dificultar o diálogo entre professores e pais sobre o assunto.

## A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO AUTISTA

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (Santos, 2008, p. 9).

Santos (2008) afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais - o que é muito difícil para um autista.

O aluno com o TEA aprende. Essas são as primeiras ideias que queremos enfatizar neste pequeno texto. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (Cunha, 2016, p. 15).

O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, consequentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo.

De acordo com Valle e Maia (2010, p. 23), a adaptação curricular se define como "o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos".

As adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possuem a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Isso é facilmente realizado quando há disponibilidade do profissional da sala de recurso na escola, que contribui para que sejam planificadas as ações pedagógicas e o conteúdo que o aluno deve aprender (Valle; Maia, 2010).

A flexibilização do currículo é uma forma de estabelecer o vínculo e a cumplicidade entre pais e educadores, para que, no espaço escolar, ocorra a coesão de vontades, entre educadores e família, das competências estabelecidas para a educação do aluno com autismo.

Essa revolução estrutural acontece através do manejo do currículo frente aos desafios enfrentados com a vinda da criança com autismo à escola regular.

Contudo, todos os distúrbios cognitivos podem ser amenizados com a estimulação precoce. Diante de uma figura com vários detalhes, a pessoa com autismo tende a perceber apenas uma parte do todo ou, ainda, diante de um estímulo composto, por exemplo, visual e auditivo, um dele é aparentemente ignorado. Existe dificuldade em relacionar as partes e o todo. Essa problemática também aparece na integração de uma informação ao todo; por isso, existe a necessidade de reforçadores consistentes entre estímulo, respostas e consequências, para que possam estabelecer esses vínculos e adquirir novos comportamentos.

Reforçadores sociais, como elogios e estímulos verbais, não são suficientes para a aquisição e manutenção de habilidades. Assim sendo, uma ação positiva pode ser retribuída e/ou reforçada com um objeto de seu agrado.

O docente deve observar seu aluno e incentivá-lo com entusiasmo, aproximando-se devagar e sempre com um objetivo traçado. A interação com a família é importante. Laço de companheirismo e solidariedade facilita o trabalho do educador. Muitas ideias vão surgindo quando se conhece e motiva o alu-

no. O processo pode parecer lento, porém, torna-se eficaz a partir de uma aula planejada e direcionada por metas e objetivos pré-estabelecidos.

Segundo Gauderer (1987), "as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem".

De acordo com Bosa (2002), a ausência de respostas das crianças autistas deve-se, muitas vezes, à falta de compreensão do que está sendo exigido dela, ao invés de uma atitude de isolamento e recusa proposital.

Atividades que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem que agucem a sua consciência sensório motor, fino e grosso, como atividades que utilizem pinças, jogos com botões, garrafas pets, estimulando o toque em materiais fofos, como almofadas, entre outros. É provável que o aluno, no início de seu convívio com o professor, demonstre agressividade, desinteresse, porém, cabe ao educador criar estratégias que diminuam essas problemáticas e conduzir os conteúdos pertinentes ao seu desenvolvimento. Trabalhar com crianças com autismo é um desafio diário. O professor terá que perceber as dificuldades, as limitações e as potencialidades, gostos e estímulos que mais o auxiliarão a atingir os objetivos com esses alunos. As atividades lúdicas são importantes para o desenvolvimento social, cognitivo, a capacidade psicomotora e afetiva da criança autista, proporcionando o prazer de aprender e se desenvolver, respeitando suas limitações, assim, "tenho a tendência em definir a atividade lúdica como aquela que propicia a "plenitude da experiência", (Luckesi, 2005, p. 27).

## INCLUSÃO E LEGISLAÇÃO

Na perspectiva de Ciríaco (2020), a legislação no tocante à inclusão é importante, contudo, surge assegurarmos o direito à educação inclusiva dos estudantes, segundo preconizam os arcabouços legais:

Muitas leis regulamentam o sistema e a política educacional; elas enfatizam um olhar para as diferenças, a diversidade e a inclusão. Assim, com a análise das leis e de estudo mais aprofundado, pudemos perceber que a legislação pode estar voltada para o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, mas a inclusão real está longe de acontecer, uma vez que ela não se restringe às pessoas com deficiência e sim a todos os sujeitos que não têm possibilidade de estar de uma forma ou de outra inseridos no âmbito educacional. Não adianta apenas existirem leis, é necessário que se tenha uma visão ampla da realidade educacional do país; apesar de se falar em educação para todos, temos que analisar como essa educação vem acontecendo e se ela está realmente preparada para incluir a todos sem deixar lacunas no que se refere a um trabalho para a diversidade.

Ao longo dos anos, foram criadas legislações, portarias, decretos, resoluções e pareceres, que foram e são fundamentais na análise dos caminhos que a inclusão tem tomado e quais serão os próximos passos, a fim de colocar em prática a educação inclusiva em seus inúmeros âmbitos, sendo a educação parte de todos os principais, com objetivo de tornar a escola um lugar para todos.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, garante aos alunos com necessidades especiais o direito a criação de programas de prevenção e atendimento especializado, e assistência às famílias responsáveis.

A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seu capítulo V, trata diretamente da Educação Especial e, especificamente no que se refere ao Art. 58, traz a seguinte definição: "Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais" (Brasil, 1996). Prosseguindo, em seu Art. 59, reforça que para um atendimento de qualidade deve haver a capacitação do corpo docente para que, seja qual for à modalidade e a sua necessidade, os alunos possam receber a orientação e ensino adequado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) é um importante documento onde se encontram de forma condensada, importantes diretrizes e informações sobre a im-

plantação da inclusão nas escolas e a garantia de apoio necessário para que os alunos, dentro de suas limitações, possam participar e aprender. Assim, a Educação Especial, segundo a perspectiva: "passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/desenvolvimento" (Brasil, 2008, p. 11).

Em 2015, foi redigido o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido como a Lei Brasileira de Inclusão, onde diz, a respeito de educação, que:

constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Art. 27).

No Art. 7º da LDB, expressa-se que "É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação" (Brasil, 1996).
Ao analisar o conteúdo desses documentos, da inclusão desses alunos, a escola passa a ser considerado lugar para todos, caracterizando um grande passo para a educação, pois enriquece o conceito da diversidade e do respeito às diferenças de cada um, o que é de grande valia para a quebra dos paradigmas voltados a tais alunos, e de grande importância para seu desenvolvimento a se ver como parte integrante e importante da sociedade.
Assim, por meio de experiências relacionadas à Educação Especial no conceito de Educação Inclusiva, observamos a necessidade de se ampliar os conhecimentos e práticas voltadas ao assunto, para que nesse contexto haja a preparação ao lidar com a situação. É possível enxergar que apesar das grandes conquistas quanto aos direitos desse público alvo, diversas são as falhas e arestas encontradas na prática da inclusão de alunos com necessidades especiais e ao atendimento dos mesmos e, para a mudança desse quadro, a ação docente, a atitude da escola perante os alunos matriculados e seus familiares, fundamental para alcançar os objetivos propostos.

## O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA

Ao ingressar na escola estabelecemos um marco importante no nosso desenvolvimento social e formação como indivíduo. É no espaço escolar que se aprende a socializar, por meio das experiências (conhecimento empírico) e adquire o conhecimento acadêmico. Dessa forma, o indivíduo é preparado para a vida em sociedade.
Quando uma criança com o TEA convive no ambiente familiar, há características e comportamentos que não são percebidos pelos pais, porque estes procuram se adaptar às necessidades dela. Ao ingressar na escola, aparecem dificuldades e outros comportamentos que os pais não conheciam, influenciados pelo convívio com outras pessoas no ambiente escolar. Nesse momento, em que os pais não estão presentes para intermediar os acontecimentos, é que surgem os grandes desafios; é preciso que a criança conviva com os demais e revele suas aptidões. Na escola existem regras que são estabelecidas, diferentes do ambiente doméstico (SILVA et al., 2012).
Quando há a necessidade de mudança na rotina de uma criança com TEA, é importante que os familiares e os professores usem estratégias para que esse processo se dê de maneira mais natural possível. A utilização de brincadeiras, jogos, atividades em grupo e demais atividades orientadas pelos professores podem auxiliar nesse processo.
A partir dos estudos realizados, observa-se que o sistema educacional tem exigido cada vez mais das crianças, mesmo aquelas que não têm o transtorno, que se ajustem as regras impostas, com uma imersão de conteúdos cada vez mais, objetivando seu aprendizado cada vez mais precoce (SILVA et al., 2012).
Nos casos de TEA, o desempenho escolar varia de acordo com o nível do transtorno, algo que tem de ser avaliado para que a escola

faça as adaptações individualizadas de acordo com o nível de transtorno e cada caso específico. Nesse processo, pode ser necessária a mudança no funcionamento da escola oferecendo uma entrada/saída opcional para esses alunos e também um ambiente tranquilo e reservado para passarem o recreio, da estrutura, formação dos professores e nas relações estabelecidas com os pais. Nos casos de nível grave do TEA, deverá ser providenciado um profissional de apoio permanente, porque o estudante apresenta maior dependência, devido ao atraso mental, assim como os casos clássicos, que têm comprometimentos na linguagem, apresentando comportamentos repetitivos e dificuldades de interação. Os casos leves já conseguem acompanhar os conteúdos pedagógicos, mas com algumas restrições a serem observadas (SILVA et al., 2012).

O acompanhamento dos estudantes com o TEA deve ser especializado e individualizado. Diante de algumas dificuldades para se trabalhar com os casos que apresentam o transtorno, é necessário que os professores estudem métodos para ensinar de forma mais eficaz. No entanto, esses profissionais podem se sentir angustiados ou frustrados devido à "quebra da expectativa que têm desses alunos" (SILVA et al., 2012, p. 77). É necessário que esses professores, tanto os que trabalham com as crianças autistas como os demais professores das unidades escolares devem receber apoio psicológico adequado.

Aos professores, não cabe fazer o diagnóstico de crianças com o TEA, porque segundo Silva, (2012, p. 77), "em sua grande maioria, não tiveram a formação especializada de como identificar sinais e sintomas nesse grupo de crianças". É importante ter o diagnóstico com o relatório de suas potencialidades e suas dificuldades para que o professor possa intermediar o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, por passarem muitas horas com as crianças, esses profissionais podem perceber algumas dificuldades e alterações de comportamento para orientar os pais na busca acompanhamento profissional especializado, colaborando para que se efetive um diagnóstico correto e tratamento terapêutico adequado, colaborando com as práticas e atividades desenvolvidas na escola.

Nesse sentido, Silva (et al. 2012), assegura que com afetividade e dedicação, é possível que o professor adquira confiança dos estudantes com o TEA e isso contribui para seu desenvolvimento. A busca por informações sobre o transtorno e com técnicas adequadas que incluem associação de figuras e imagens, o aprendizado desses estudantes passa a ser eficaz à medida que os ajuda a compreender os conteúdos aplicados.

Na interação com o grupo e os pares, o professor pode auxiliar a interação por intermédio de brincadeiras e atividades desenvolvidas de forma coletiva. Nessa perspectiva, Silva et al., (2012, p. 80), considera que, "com o tempo, a criança desenvolve seus próprios instrumentos para manter as relações, se tornando mais hábil socialmente". Dessa forma, os demais do grupo aprendem a lidar com as diversidades e tornam-se mais tolerantes e solidários.

O trabalho pedagógico dos indivíduos com o TEA precisa ser diferenciado, procurando tirá-los do mundo imaginário em que, muitas vezes, se encontram, trazendo-os para o mundo real. Para isso, é fundamental que os professores se sintam seguros e preparados para colaborar com todos os processos formativos, buscando informações, aprimorando suas práticas pedagógicas, utilizando recursos didáticos e estratégias de ensino que de fato colaborem com o processo de ensino-aprendizagem da criança com TEA e, consequentemente, de todos os alunos envolvidos.

Pereira (2021) em seu estudo apontou que em relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujos portadores integram o público-alvo da educação especial – por tratar-se de um Transtorno Global do Desenvolvimento –, encontra-se uma dificuldade maior, pois ainda que haja algumas características compartilhadas entre seus portadores, tais como dificuldades nas habilidades sociais e comunicativas e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e/ou atividades, existem variações consideráveis de intensidade, topografia e frequência (VICARI, 2019; WELZENMANN et al, 2020). Essas especificidades acabam se tornando barreiras adicionais ao atendimento adequado dos estudantes portadores de Transtorno

do Espectro Autista (e, por vezes, culminam na evasão escolar (KUBASKI, 2014).

Falar sobre a inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular nem sempre é fácil, por vezes gera polêmica e amplas discursões devido à complexidade das características apresentadas quando as mesmas são inseridas no ambiente escolar. A criança com autismo, diante de convívio com outras crianças pode apresentar comportamentos agressivos com os professores e colegas, podendo ocasionar conflitos. Entretanto o professor, quando recebe uma criança com autismo em sua sala de aula, sente-se desafiado ao iniciar o processo de inclusão, pois a criança apresenta grande dificuldade em interagir e se comunicar.

Marra, Andrade (2021) colocam que estudos indicam que a escola é necessária para o desenvolvimento de uma criança com TEA, devendo incitar suas habilidades de aprendizagem, de reciprocidade sócio emocional, comunicação social, habilidades sociais, interesses diversificados, rotinas padronizadas de vida escolar, oportunizando ambientes planejados para evitar a ocorrência de problemas comportamentais como estereotipias corporais e gestuais, comportamentos agressivos e auto agressivos, hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, dentre outros.

A inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular prevista em lei assegura ao aluno o direito do acesso ao ensino, ficando à escolha dos pais matricularem ou não os filhos em escolas regulares. Para que a instituição de ensino promova inicialmente o desenvolvimento e, posteriormente, a aprendizagem é necessário que ela disponha de uma prática pedagógica coletiva na qual seja esclarecida a importância do envolvimento familiar com a escola, além de mudanças de caráter estrutural e metodológico, privilegiando um currículo que se adeque também às necessidades da criança com autismo.

Nesse sentido, Felin (2013) coloca que para estimular uma aprendizagem sem erros, é fundamental seguir certas normas como: assegurar a motivação, apresentar as tarefas somente quando a criança atende, e de forma clara; apresentar tarefas cujos requisitos já foram adquiridos antes e que se adaptam bem ao nível evolutivo e às capacidades da criança, empregar procedimentos de ajuda e proporcionar reforçadores contingentes, imediatos e potentes (FELIN, 2003).

## COMO GERAR EMPATIA COM O ALUNO COM AUTISMO

Tendo em vista a formação e capacitação dos professores como peças chaves para a concretização da inclusão, gerar empatia também requer penetrar no mundo do aluno com autismo.

Em sala de aula, é importante se concentrar no contato visual, buscando o olhar do aluno para as atividades que ele realiza. Encontrar formas de se comunicar, como brincadeiras e jogos, modificar o ambiente da sala e estabelecer uma rotina agradável também são fundamentais para gerar empatia com o aluno com autismo.

A forma de compreensão do aluno com autismo é diferente da nossa e é importante compreender como a aprendizagem se desenvolve com esses alunos. Conhecendo as potencialidades e particularidades de cada criança, o professor deve buscar formas para desenvolver as suas habilidades.

Oferecer condições para o desenvolvimento do aluno com autismo, requer um envolvimento afetivo, empatia. O afeto é fundamental para a construção do processo de ensino e aprendizagem. Isso porque a ausência de afeto pode fazer com que o aluno com autismo se isole ainda mais, o que diminui a possibilidade de comunicação com ele.

## DICAS PRÁTICAS PARA A SALA DE AULA

Tendo em vista a importância do papel do professor e da empatia com o aluno com autismo para o processo de aprendizagem, as adaptações nos métodos de ensino são fundamentais. O uso de recursos visual e concretos ajuda o aluno com autismo a compreender o conteúdo e fixar sua atenção.

Da mesma forma, incluir jogos e brincadeiras nas atividades, usar vocabulário de fácil entendimento e ser claro e objetivo em suas propostas, são práticas que facilitam o aprendizado dos alunos com autismo.

Conhecer os interesses do aluno, dividir as tarefas em etapas, ajudando-o quando necessário, se comunicar usando imagens e criar um painel com a rotina, são ações que ajudam a promover a autonomia das crian-

ças com autismo.
O conhecimento sobre o espectro autista e sobre cada aluno é o primeiro passo para gerar empatia. Só assim o professor será capaz de promover o desenvolvimento de seus alunos com autismo.

## PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA PARA O FORTALECIMENTO DO COTIDIANO EDUCACIONAL INCLUSIVO

A família é a base da sociedade e nela, a criança terá uma contribuição para o seu desenvolvimento.
A família é responsável por assegurar o bem-estar dos componentes, protegendo a criança e transmitindo valores. A família também se preocupa com o futuro de todos e principalmente da criança, pelas fases de desenvolvimento que não podem sofrer danos físicos e emocionais, por isso, é normal que a família esteja sempre buscando uma melhor qualidade de vida. Quando a família descobre que a criança tem algum transtorno, e que as limitações chegarão, devem buscar o tratamento correto para não comprometer o futuro da criança. Em caso de TEA, a família deve ter a consciência de que o processo de desenvolvimento será lento, mas não impossível, acontecerá seguindo o ritmo que a limitação desejar. Os responsáveis devem assumir uma dedicação total e amparar as necessidades de sua criança autista.
Ao longo dos anos, as famílias têm aceitado os transtornos com mais facilidade, mesmo havendo momentos difíceis. Na busca por tratamento, compreendem que existem meios de facilitar a vida da pessoa deficiente através de acompanhamento terapêutico e tratamentos solicitados por especialistas.
Para a criança autista, a família deve buscar informações para uma melhor inclusão e tratamento, pois é natural que os pais se preocupem com a forma em que os filhos estão sendo tratados na escola. A inclusão das crianças com TEA no âmbito escolar e social contará com a interação dos docentes, familiares, alunos com TEA e os demais alunos. Com a contribuição de todos haverá mais compreensão sobre a doença e como lidar com ela (SOARES, 2019).
O desenvolvimento da criança com TEA depende da adaptação escolar, de profissionais capacitados, mas, mais do que isso, demandará um envolvimento entre a escola e a família, com maior participação desta para planejar a educação dos seus filhos. As famílias precisam notar a
existência de recursos que atendam às necessidades que o transtorno traz, por meio das redes de apoio que amparam as crianças. Compreende-se que as famílias ao buscar uma rede de apoio já estão mais adaptadas ao transtorno.
Buscar uma escola para incluir seu filho autista na educação é uma forma de contribuir com o desenvolvimento da criança ou do sujeito, tendo em vista que muitos são incluídos já na fase da adolescência. A escola deve ser parceira e ajudar a família e o aluno autista, providenciando auxiliar para o professor, formações para todos os envolvidos no atendimento ao TEA, material de apoio e sala de AEE.

## DESENVOLVIMENTO

Esse artigo tem como tema: Autismo e Inclusão escolar, os desafios da inclusão do aluno autista, este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica e qualitativa que visa alcançar os objetivos que foram propostos e tem como subsídio teórico: SANTO (2008); CUNHA (2016); VALLE E MAIA (2010); GAUDERER (1987); BOSA (2002); LUCKESI (2005); BRASIL (2008); SILVA (2012); BRASIL (1996); BRASIL (2008); Ciríaco (2020); (VICARI, 2019; WELZENMANN et al, 2020); PEREIRA (2021); FELIN (2013); FELIN (2003);
MARRA, ANDRADE (2021); SOARES (2019); CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB 96); POLÍTICA
NCIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA; LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO E OUTROS. A revisão bibliográfica foi feita mediante uma leitura sistemática, com fichamento de cada obra, de modo a ressaltar os pontos pertinentes ao assunto em estudo abordado pelos autores, sendo que o objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância da Inclusão escolar do aluno autista.

## CONCLUSÃO

A inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença na sala de aula;

deve almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades.

A educação é umas das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista. Através da educação, essa criança pode aprender tanto matérias acadêmicas quanto atividades do cotidiano. A aprendizagem das crianças autistas não é fácil, contudo, fica evidente que, com dedicação e amor, estas crianças podem alcançar uma vida mais independente e com qualidade. Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo. Como o aluno autista tem dificuldades de se adaptar ao mundo externo, a escola deve pensar na adequação do contexto. Não existem apenas salas de aulas inclusivas, mas escolas inclusivas. Por isso, é necessário que a escola crie uma rotina de situação no tempo e no espaço como estratégias de adaptação e desenvolvimento desses alunos.

Deste modo, as escolas brasileiras procuram cumprir os objetivos expostos na lei (Brasil, 1996), promovendo um aumento dos números de matriculas de crianças com TEA na rede regular de ensino - e têm conseguido.

A interação entre pais e professores é muito importante para o processo de aprendizagem da criança com autismo, pois juntas irão achar formas de atuação, a fim de favorecer o processo educativo eficaz e significativo na superação das dificuldades de uma criança com autismo. Portanto, além de acolhedora e inclusiva, a escola precisa se constituir em espaço de produção e socialização de conhecimentos para todos os alunos, sem distinção.

REFERÊNCIAS

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BOSA, Cleonice. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BOSA, Cleonice. Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 21-39.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato. Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/ana rita.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 7 Nov. 2023.

Brasil. (2015). Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm » http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante.

Autismo, transtornos do espectro do autismo. In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMAHERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de; MÓDOLO, Marcelo (Orgs.). Autismo, linguagem e cognição. Jundiaí: Paco, 2015.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos? Ijuí, 2012 – Disponível em: http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/rita%20mo nografia.pdf?sequence=1. Acesso em: 7 nov. 2023.

GAUDERER, E. C.; PRAÇA, E. T. P. O. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular. 2011.

GOLDBERG, Karla. A percepção do professor acerca do seu trabalho com crianças portadoras de autismo e síndrome de Down: um estudo comparativo. 57 p. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LUCKESI, C. C. Ludicidades e atividades lúdicas: uma abordagem a partir das experiências Internas. Nativa - Revista de Ciências Sociais, nº 2, 2005.

MENEZES, A. R. S. Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende? Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

SCHWARSTZMAN, J. S.; ASSUMPÇÃO Jr., F.B. (Eds.). Autismo infantil. São Paulo: Memnon, 1995.